

Outras redes: *parcerias-mais-que-(im)prováveis*

Alice Lucas Semedo

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (DCTP/Secção de Museologia)



O conceito de desenvolvimento é o ponto de partida de reflexão do painel desta manhã e, com esta modesta intervenção, tentarei aqui equacionar alguns pontos que merecem atenção quando também aqui pensamos o conceito de rede de Museus que se quer para a Região. Rede que implica um esforço enorme por parte de todos os implicados, esforço de preservação da memória e da paisagem que pode facilmente ficar aquém das expectativas e ambições do verdadeiro desenvolvimento da Região. O conceito de desenvolvimento pode ser pensado como uma reavaliação do social e do espacial da Região, reavaliação apoiada no contexto económico e ambiental: social, no sentido de inclusão, participação, democracia e poder, sociedade civil, igualdade, identidades, comunidade e pertença; espacial, no sentido de centro e periferia, movimentos, fronteiras, territórios, regiões e a e a sua relação com as necessidades sociais. Sendo assim, a que modelo de Rede aspiramos? É o modelo de uma Rede “cenário de memória” (de uma memória organizada em torno de diversos elementos: de edifícios, de espaços, de paisagens, de objectos, de palavras... de referências patrimoniais e museológicas estrategicamente (re)colocadas em exposição ao longo de percursos e roteiros, que (re)organizam o olhar e promovem a riqueza de produtos culturais da região mas que se arrisca a actuar como uma mera montra do património local, montra a ser consumida, essencialmente, pelo olhar do turista) que aqui se desenha?

Que configurações diferentes poderá ter? Que relações deverá estabelecer com o seu território e com o mundo? Que funções deverá assumir como prioritárias? Que valores assumirá? E que visão – que utopia, se quiserem – tem esta rede que aqui hoje se apresenta, para esta região? Pessoalmente, penso que estas são questões fulcrais para uma Rede deste tipo.

Outros aqui falarão, certamente, das configurações internas desta Rede e das inúmeras e frutuosas hipóteses de trabalho em comum e de um entendimento e diálogo que é, sem qualquer margem de dúvida, ponto de partida para qualquer tra-

balho que se venha a desenvolver. Trabalho que tem que partir, logicamente, de um inventário e estudo de colecções permanente, do desenvolvimento e implementação de princípios e procedimentos adequados em todos os sectores, nomeadamente no da conservação, da interpretação e divulgação deste importante património, enfim, tem de partir de um trabalho que tenha em conta todas as funções museológicas essenciais. A Rede de Museus do Douro trabalhará certamente nesse sentido, procurando desenvolver projectos comuns que implementem políticas acreditadas e que melhor valorizem os recursos de cada parceiro desta rede.

É sobre parceiros e parcerias que, na verdade, gostaria de partilhar algumas preocupações, pois, parece-me a mim, que esta Rede se quer na realidade ter um papel *actuante* na Região tem também que colocar, desde logo, questões que dizem respeito a uma *visão* para esta Região; uma *visão* que não se limite a esta Rede de contactos e parcerias (*os suspeitos do costume*) mas que comece também por pensar quais são os desafios para o futuro da Região e das suas comunidades.

Embora não apresente dados concretos, penso que não faltarei à verdade se aqui disser que entre estes desafios óbvios que se lhe colocam, encontramos questões que se relacionam com a desertificação do interior e graves problemas de emprego e de empregabilidade; com o abandono escolar e com um fraco nível educacional da nossa população; desafios que se relacionam com estratégias económicas e de marketing da Região; desafios que dizem respeito a questões de acessibilidade e de inclusão social; desafios, claro está, que se relacionam com a própria preservação dos recursos naturais e das culturas locais; desafios que se relacionam com a afirmação de um espaço público local de cidadania activa e participante. A lista de desafios poderia, certamente, alongar-se mas, pessoalmente, o que me interessa é perguntar como é que esta Rede se vai posicionar como um dos principais agentes (e porque não um dos líderes) de resposta a estes desafios.

O sector museológico é definido, como bem sabemos, pelos seus utilizadores, pelos profissionais que aí trabalham e pelos contextos políticos e organizacionais que os enformam. No entanto, estes diferentes interesses raramente se expressam numa linguagem comum ou de forma a que seja possível coordenar interesses e diferentes expectativas em torno de uma visão comum. O que tem faltado é um

enquadramento no qual possamos combinar as diferentes agendas de forma a satisfazer quer as preocupações estratégicas dos políticos quer a proficiência científica dos profissionais e as necessidades sociais e educacionais da comunidade. O que precisamos é de uma metodologia que tenha aplicação prática e cumpra as necessidades estratégicas e que, ao mesmo tempo, respeite as qualidades humanas da experiência que fazem do sector o que realmente ele é. Esta metodologia terá que aplicar a linguagem de relevância e valor público, na qual a credibilidade de qualquer instituição pública é definida a partir da sua capacidade *distributiva de valor* à comunidade. Neste caso, os visitantes não são só compreendidos como *consumidores/produtores* culturais são também compreendidos como *cidadãos*.

Como tem sido amiúde referido, estes valores públicos do sector museológico assumem três formas/níveis diferenciados mas interrelacionados e, por isso mesmo, desempenham papéis em três espaços diferentes:

— *valor intrínseco*: as pessoas não visitam museus porque contribuem para o bem-estar económico da região, etc., visitam museus porque lhes dá *prazer*, porque querem ver ou aprender alguma coisa específica, porque pensam que a visita contribui para a sua educação, etc.... O *valor intrínseco* é pois este valor de atracção, que temos dificuldade em definir mas que é fundamental quando pensamos em museus e que é, certamente, um dos seus pontos fortes;

— *valor instrumental*: o *valor instrumental* dos museus encontra-se nas mais amplas contribuições económicas e sociais em relação ao espaço público, relacionando-se com benefícios como emprego local, turismo, incentivo ao crescimento da economia local, etc., e são, geralmente, os mais procurados pelas partes externas ao sector, sendo os mais valorizados em termos de financiamento. Neste contexto, interessa-me, porém, realçar os impactos sociais mais indirectos mas talvez bem mais importantes para a definição das missões museológicas. François Matarasso, um dos primeiros investigadores desta área que tivemos a sorte de ter numa conferência no Porto em 2001, enumerou 50 impactos sociais relacionados com a participação nas actividades culturais e, embora hoje em dia as abordagens metodológicas sejam um pouco diferentes, os valores centrais que identificou mantêm-se actuais. Encontrou seis áreas centrais de benefício / impacto social que importa aqui referir e que serviram

de ponto de partida para o trabalho desenvolvido, por exemplo, por Richard Sandell:

- desenvolvimento pessoal;
- coesão social;
- auto-determinação e *empowerment* da comunidade;
- imagem e identidade local;
- imaginação e visão;
- saúde e bem-estar;

— *valor institucional*: o valor institucional diz respeito à característica dos espaços museológicos como espaços públicos de encontro e diálogo da comunidade e de culturas e, como tal, espaços críticos para a celebração da comunidade e da sua diversidade, para a construção de coesão social; são, igualmente, essenciais para a qualidade do lugar, lugares de partilha e de interação.

O campo museológico é profundamente heterogéneo mas como instituições, a sua missão cívica, as suas responsabilidades sociais e modos de envolvimento, sempre conheceram um processo de constante transformação social em resposta a imperativos sociais, discursivos e económicos. O museólogo Duncan Cameron num artigo seminal para a museologia contemporânea, já de 1971, argumentou que os museus se deveriam repensar como fóruns, como lugares de confronto, experimentação e debate, actuando como antídotos do *museu templo* tradicional. Esta visão continua actual e relevante para a nossa contemporaneidade.

Tendo em conta o que aqui foi dito, como pode então esta Rede melhor explorar estes valores e melhor cumprir a sua missão social, constituindo-se como parceira desta região e alargando o âmbito das suas parcerias?

Já por diversas vezes tive a oportunidade de referir como terrenos de acção *mais-que-prováveis*:

- o seu papel como contextos inigualáveis de educação para a pergunta, de educação performativa, de educação para a vida;
- como recursos de conhecimento e criatividade e de reorganização de competências, recursos e transformações essenciais para as novas abordagens económicas;

.....

- como lugares que podem ser profundamente dialógicos, de encontro e discussão, de acessibilidade e auto-expressão, de introspecção e acção colectiva, de auto-determinação e de capital social;
- como elos fundamentais dos processos identitários de pertença e de representação, de *aprendizagem do outro*, de coesão social e de cidadania, de celebração.

Estes são alguns dos terrenos/estratégias-chave da constituição de parcerias dentro e fora desta Rede e do seu papel social que aqui advogo. Através de um diálogo formal mais efectivo *além-Rede*, esta Rede poderia ter uma contribuição notável, não só no desenvolvimento sustentável, inclusivo e (porque não?) criativo da Região, mas também na (re)construção dos seus lugares. Este tipo de participação activa nos processos/desafios da Região, atribui aos museus não só novos graus de envolvimento com as comunidades mas também o papel de incubador/líder da mudança. As relações dialécticas, múltiplas, entre o social e o espaço, são os ingredientes-chave da construção dos lugares da Região. Neste sentido, vários são os modelos que já enfatizaram a importância da narrativa e da história na sua construção. Mas os lugares se é verdade que são criações holísticas do social, do natural e do cultural, também é verdade que estão em constante processo de (re) produção. Quer dizer, se por um lado representam as *raízes*, a suposta *autenticidade*, por outro, também representam a abertura e a mudança. Os lugares são, quer objectos, quer formas de olhar; os lugares são físicos mas são também compreensões imaginadas de nós mesmos e do mundo. São quer produtos de imaginação/construção social e de memórias pessoais e colectivas, quanto realidades físicas. Neste sentido, esta é uma Rede de lugares que pode, legitimamente, incluir questões que dizem respeito à vida da Região de uma forma integrada e holística. Os lugares são sobretudo acerca de pessoas e esta mudança em termos de centralidade, da intelectualização para a emotividade, remete-nos, mais uma vez, para um outro paradigma de comunicação e, enfim, de museu e de Rede.

É também hoje comum dizer que se no passado a identidade era compreendida como o resultado de uma acumulação de experiências que serviam para reforçar o nosso sentido de quem somos (e daí investirmos sobretudo na preservação dos registos históricos e sociais), actualmente assumimos que as nossas identidades estão constantemente a ser desafiadas e a nossa compreensão da identidade está cada vez menos centrada na história. Como somos cada vez mais contextua-

lizados *via* diferentes ambientes sociais e culturais, experimentamos uma reconstrução constante de quem somos no presente. Tudo isto nos remete para uma alteração de valores e de estratégias, abrindo caminho para uma auto-reconstrução menos compartimentalizada. Esta Rede precisa compreender esta mudança de centralidade e posicionar-se mais estrategicamente em relação a este novo paradigma. Se os seus museus se mantiverem apenas comprometidos com a preservação, mais ou menos tradicional, da história, podem estar destinados a continuar a actuar apenas na sua esfera habitual de influência. Porém, se promoverem a criação de contextos de (re)construção da identidade/s, acompanhando as transformações sociais e os desafios que a Região vive, vão, certamente, tornar-se mais relevantes. Gostaria ainda de dizer que esta procura de relevância como *lugares de contacto* (mas também de confronto e de mudança) exige, naturalmente, uma mudança em termos de centralidade e a identificação de *clusters* que ultrapassem as fronteiras museológicas e que incorporem as melhores práticas da Região, endereçando questões específicas.

Vivemos tempos de transição cultural profunda, tempos nos quais a complexidade da nossa contemporaneidade nos confronta com desafios que se assumem como urgentes. A Rede que aqui se propõe constitui-se como elemento-chave das narrativas da Região e como parte da sua história que se reescreve continuamente e no presente e que precisa pensar também o futuro: é um modelo de Rede em forma de conversação, em vez de uma Rede que olha só para dentro de si mesmo.